NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 20/08/2013 - Edição 881

Centrais aquecem os motores para o 30 de agosto, Dia Nacional de Mobilização e Paralisação

Ultimando os preparativos para o 30 de agosto, Dia Nacional de Mobilização e Paralisação, as centrais sindicais decidiram em reunião na sede da CUT Nacional, nesta segunda-feira (19), ampliar a convocação de Norte a Sul do país priorizando a luta pelo fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho para 40 semanais e combate ao Projeto de Lei 4330, da terceirização.

Na avaliação das centrais, a conjuntura é favorável à manifestação, que dá continuidade aos protestos, passeatas e greves realizadas no 11 de junho, e potencializa a cobrança da pauta da classe trabalhadora. A agenda de reivindicações inclui ainda a luta pelos 10% do PIB para a Educação; 10% do Orçamento da União para a Saúde; transporte público e de qualidade/mobilidade urbana; valorização das aposentadorias; reforma agrária e suspensão dos leilões de petróleo.

"Estamos enfrentando as dificuldades diante de um governo de disputa em que muitas vezes os interlocutores vão se alternando. Daí a importância da pressão conjunta, da unidade de ação do movimento sindical para impedir retrocessos e ampliar conquistas", afirmou o presidente da CUT, Vagner Freitas, para quem "o próximo dia 30 se soma ao ato vitorioso do 11 de junho, são manifestações para alterar o jogo". "Com os trabalhadores em campo, paralisando atividades, realizando protestos e passeatas, acumulamos força para pressionar o Congresso Nacional e o governo federal. Foi assim que conseguimos na semana passada os recursos para o Fundo Social do pré-sal, foi essa luta colossal que tem impedido que eles passem o PL 4330 de qualquer maneira, impondo uma terceirização indiscriminada", ressaltou o presidente cutista.

Ao destacar o papel perverso do PL 4330, o secretário geral da CUT, Sérgio Nobre, lembrou que "país de primeira não pode ter emprego de terceira". Sérgio destacou a importância da mobilização do conjunto das categorias, em todos os Estados, para garantir a igualdade de direitos, de condições e de salário, direito à informação prévia, proibição na atividade-fim, responsabilidade solidária das empresas contratantes e penalização das empresas infratoras, tudo o que setores do patronato querem apagar da legislação.

Estudos do Dieese apontam que o trabalhador terceirizado recebe salário 27% menor que o contratado diretamente, tem jornada semanal de três horas a mais, permanece 2,6 anos a menos no emprego, e sua rotatividade é mais do que o dobro (44,9% contra 22%). Além disso, aponta o Dieese, a cada 10 acidentes de trabalho, oito acontecem entre os terceirizados.

REFORMA AGRÁRIA, JÁ!

Membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues condenou a postura do governo federal que "nem desapropria terra nem senta com o movimento". "Temos 80 mil famílias acampadas que necessitam ter prioridade nesse momento.

Nos somamos à manifestação das centrais sindicais bastante animados de que o aumento da pressão vai abrir caminho para os avanços que o nosso povo e o Brasil precisam", acrescentou.

Para o secretário geral da Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CGTB), Carlos Alberto Pereira, "o momento é de avanço do movimento sindical" e reflete os avanços obtidos a partir da mobilização de junho, que reuniu dois milhões de trabalhadores em mais de 250 cidades. "De lá para cá tivemos três vitórias: a do Fundo Social do Pré-Sal, que garantiu mais de 200 bilhões de reais para a educação nos próximos dez anos; adiamos o PL da terceirização por 30 dias, barrando a tentativa de golpe que busca ampliar e legitimar a precarização; e aceleramos a nossa mobilização, o que tem sido fundamental para aprofundar as negociações com o governo e o Congresso Nacional", disse Pereira.

PROTAGONISMO DA CLASSE

De acordo com o secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), "construída na luta, a pauta unitária dos trabalhadores tem repercutido positivamente junto às bases e contribuído para que o papel do movimento sindical seja valorizado na mesa de negociação". Juruna lembrou que, apesar da campanha dos grandes conglomerados de comunicação para invisibilizar ou diminuir o protagonismo da classe trabalhadora na luta por mudanças, a ação unificada tem rendido frutos e demonstra a correção da iniciativa.

O secretário geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Pascoal Carneiro, relatou da grande receptividade que a convocação do 30 de agosto vem tendo pelo país, citando a assembleia realizada recentemente na capital baiana, "onde há muita disposição de parar para colocar o país nos trilhos". "O sentimento é de greve no dia 30 em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, combatendo a precarização e o retrocesso".

Representando a Intersindical, Edson Carneiro (Índio) reiterou o papel da caminhada conjunta, com unidade na diversidade, para fazer a pauta avançar. "O processo que o país está vivendo não é sindical, mas político, o que reforça a importância da pressão por mudanças na política econômica, como o fim do superávit primário. Queremos inverter a lógica do que beneficia o grande capital rentista, o agronegócio e as empreiteiras", frisou Índio.

A luta contra a precarização das relações de trabalho, apontou o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto, deve ser amplificada, "tanto no setor privado quanto público". "A lei 8666 que dispõe sobre a contratação direta significa contratação via preço, o que representa trabalho mais barato, precário. Esta é uma questão que precisa ser alterada com urgência", defendeu.

Em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Luiz Gonçalves (Luizinho), enfatizou o compromisso de "parar aonde for possível no próximo 30 de agosto". "O volume do nosso protesto é essencial para mostrar que o movimento sindical está engajado em buscar o resultado das nossas negociações, a melhoria das relações de trabalho e o desenvolvimento do país", concluiu.

Fonte: CUT

Após pressão, negociação sobre PL 4330 da terceirização recomeça nesta terça (20)

A CUT e as demais centrais sindicais voltam à mesa de negociação com representantes de empresários, do governo federal e do Congresso para discutir na manhã desta terça-feira (20), em Brasília, o Projeto de Lei (PL) 4330/2004.

Com o argumento de regulamentar a terceirização, o PL do deputado federal e empresário Sandro Mabel (PMDB-GO) ameaça os direitos de todos os trabalhadores com carteira assinada.

Além de defender a terceirização sem limites, a proposta promove a fragmentação da representação sindical e não garante a responsabilidade solidária, aquela em que a contratante assume os encargos trabalhistas não quitados pela terceirizada.

O projeto já recebeu aval do relator, deputado Arthur Maia (PMDB-BA), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC), e apenas não foi votado ainda pela pressão da CUT.

Na última semana, cutistas de todo o país ocuparam a CCJC mais uma vez e promoveram uma vigília diante do Congresso Nacional. Com isso, o projeto foi adiado novamente e a expectativa é que volte à pauta somente no dia 3 de setembro.

Mobilização continuará – Apesar de haver um acordo com os parlamentares para que a proposta não seja votada ainda, o secretário-Geral da Central, Sérgio Nobre, alerta que as bases devem manter a pressão para não ser surpreendida com o requerimento de algum deputado para antecipar a decisão.

"O melhor caminho é a mesa de negociação, onde estão pessoas que vivenciam o tema e sabem o quanto esse projeto pode ser danoso para os trabalhadores e para a sociedade brasileira se for mal discutido", alertou.

Secretária de Relações do Trabalho da Central, Maria das Graças Costas, ressalta que os trabalhadores estarão de olho nos parlamentares. "Os deputados que se preparem para 2014. Quem votar contra nós, quem for a favor de escancarar a terceirização em nome do lucro, para ter mais morte, mais adoecimento dos trabalhadores, será lembrado", destacou.

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF